

## OS DOCUMENTOS OFICIAIS E OS PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA: ENTRE O LEGAL E O DESCONHECIDO

### THE OFFICIAL DOCUMENTS AND THE PORTUGUESE LANGUAGE TEACHERS: AMONG THE LEGAL AND THE UNKNOWN

Bonfim Queiroz Lima<sup>1</sup>  
Márcio Araújo de Melo<sup>2</sup>

**Resumo:** Busca-se verificar nos documentos oficiais brasileiros, quais são as orientações para o ensino de literatura no ensino médio, e se estas orientações estão alcançando seus objetivos. Para tanto se apresenta, o resultado de uma pesquisa que teve a participação de seis professores de língua portuguesa, dois coordenadores pedagógicos e dois gestores escolares, todos atuantes em escolas de ensino médio do município de Xinguara, estado do Pará. O resultado mostra que há confusão entre educadores sobre suas nomenclaturas, a maioria dos participantes conhece apenas trechos dos documentos e alguns dos documentos são totalmente desconhecidos por parte desses profissionais.

**Palavras-chave:** Ensino de literatura, documentos oficiais, profissionais da educação.

**Abstract:** The aim is search in the brazilian official documents, the orientations to the teaching of literature in high schools, and if this orientations are reaching their objectives. To this is presented, the result of a survey that was attended by six portuguese language teachers, two coordinators and two school managers, all active in high schools of the municipality of Xinguara, state of Pará. The result shows that there is confusion among the educators about their nomenclatures, most participants knows only excerpts of official documents and some of documents are totally unknow to this professionals

**Keywords:** literature teaching, official documents, education professionals

A publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) trouxe um novo redirecionamento para a educação no Brasil. Uma das maiores mudanças trazida por essa nova legislação foi à inclusão do Ensino Médio na Educação Básica, quando estabeleceu por em seu Art. 21 que a educação escolar deverá ser composta de: “I – Educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II – Educação superior”.

Com a proposta de deixar de ser apenas uma “escada” para a educação superior ou uma preparação para o mercado de trabalho, o ensino médio passa a integrar a etapa básica da educação, tendo “por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (Art. 22, Lei nº 9.394/96). Com o desígnio de orientar o cumprimento

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Letras: Ensino de Língua e Literatura, pela Universidade Federal do Tocantins - PPGL/UFT. E-mail: [bonfimql@hotmail.com](mailto:bonfimql@hotmail.com)

<sup>2</sup> Professor e Coordenador do Programa de Pós Graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura da Universidade Federal do Tocantins - PPGL/UFT. E-mail: [marciodemelo33@gmail.com](mailto:marciodemelo33@gmail.com)

desse novo direcionamento para o ensino médio, segue-se a publicação de três documentos oficiais de abrangência nacional, que serão examinados neste trabalho.

Neste artigo, buscou-se verificar qual o conhecimento dos professores a respeito das orientações para o ensino de literatura contida nesses documentos. Além da introdução, considerações finais e referências, são apresentadas duas grandes sessões. Na primeira, denominada “O ensino de literatura nos documentos oficiais”, são descritas as orientações contidas em três documentos oficiais parametrizadores do ensino de língua portuguesa no Brasil: Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio – PCNEM – (BRASIL, 2000), Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN+ Ensino Médio – (BRASIL, 2002) e as Orientações Curriculares para o Ensino Médio Linguagens, Códigos e suas Tecnologias – OCEM – (BRASIL, 2006). Na segunda, intitulada “O que dizem os professores”, é relatado o resultado de uma pesquisa desenvolvida no município de Xinguara, estado do Pará, com oito profissionais da educação, que teve por objetivo saber qual o grau de contato desses profissionais com os documentos analisados.

## **1 O ensino de literatura nos documentos oficiais**

### **1.1 Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio**

No ano 2000, após um debate com vários educadores do país, o Ministério da Educação lança os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – PCNEM – que, na tentativa de evitar o compartilhamento do saber escolar em disciplinas estanques, se estruturam em três áreas do conhecimento: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias.

A área, Linguagens Códigos e suas Tecnologias, engloba conhecimentos de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira moderna, Educação Física, Arte e Informática. Para tanto, ela deve focalizar em um trabalho sistemático e organizado com a linguagem, que por “sua natureza, é transdisciplinar, não menos quando é enfocada como objeto de estudo, e exige dos professores essa perspectiva em situação didática” (BRASIL, 2000, p. 05).

Com o objetivo de delimitar essa área de estudo, os PCNEM definem, a princípio, competências a serem desenvolvidas durante o processo de ensino aprendizagem, no decorrer de todo o ensino médio, tais competências organizam-se em três eixos: (I) representação e comunicação; (II) investigação e compreensão; e (III) contextualização sociocultural. Esses

eixos também servem de pilar organizador para a apresentação, na sequência, das competências e habilidades a serem desenvolvidas em cada uma das disciplinas.

Na introdução desta área se pode averiguar o reconhecimento das relações existentes entre estas disciplinas na definição de seu objeto de ensino: “No campo dos sistemas de linguagem, podemos delimitar a linguagem verbal e não-verbal e seus cruzamentos verbo-visuais, audio-visuais, áudio-verbo-visuais etc.” (BRASIL, 2000, p. 6).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio não relacionam conteúdos que devem ser trabalhados diretamente no processo de ensino e aprendizagem. No entanto, são delimitadas apenas as competências a serem desenvolvidas com/pelo aluno. A falta desta exposição de conteúdos é, inclusive, mencionada no final do capítulo dedicado aos conhecimentos de Língua Portuguesa, como se pode ver:

Ao ler este texto, muitos educadores poderão perguntar onde está a literatura, a gramática, a produção do texto escrito, as normas. Os conteúdos tradicionais foram incorporados por uma perspectiva maior, que é a linguagem, entendida como um espaço dialógico, em que os locutores se comunicam. Nesse sentido, todo conteúdo tem seu espaço de estudo, desde que possa colaborar para a objetivação das competências em questão (BRASIL, 2000, p. 23).

Assim, tem-se uma proposta de reorganização da forma tradicional de estruturar o currículo, que deverá privilegiar as competências citadas no documento. Ao relacionar tais competências e habilidades da disciplina de língua portuguesa os PCNEM instituem uma ação que descaracteriza as especificidades do ensino de literatura, uma vez que este documento traz como sugestão a integração da literatura à área de leitura:

Os conteúdos tradicionais de ensino de língua, ou seja, nomenclatura gramatical e história da literatura, são deslocados para um segundo plano. O estudo da gramática passa a ser uma estratégia para compreensão/interpretação/produção de textos e a literatura integra-se à área de leitura (BRASIL, 2000, p. 18).

Pode-se perceber que a organização proposta pelo documento privilegia um trabalho interdisciplinar, exigindo do professor uma postura diferenciada: “o professor deixa de ser uma ilha ao interagir com os colegas, em busca de um projeto coletivo” (BRASIL, 2000, p. 65). Dessa forma, para possível uma efetiva cooperação entre as disciplinas, os PCNEM sugerem que os professores busquem interesses comuns de estudo: “A proposição de trabalho na área e a inter-relação entre as disciplinas podem ocorrer sob forma de estudos de determinados objetos comuns, presentes em diferentes linguagens” (BRASIL, 2000, p. 8).

## 1.2 Orientações Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais

O Ministério da Educação publica, em 2002, as Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN+ Ensino Médio), que, conforme seu antecessor, estão divididas em três áreas de conhecimento. Este documento, no entanto, não veio substituir os PCNEM, mas complementá-los, ampliando as orientações contidas nele, de maneira que explicitam alguns elementos pouco ou não apresentados anteriormente. Para tanto procuram:

- trazer elementos de utilidade para o professor de cada disciplina, na definição de conceitos estruturantes, conteúdos e na adoção de opções metodológicas;
- explicitar algumas formas de articulação das disciplinas para organizar, conduzir e avaliar o aprendizado;
- apontar direções e alternativas para a formação continuada dos professores do ensino médio, no sentido de garantir-lhes permanente instrumentação e aperfeiçoamento para o trabalho que deles se espera. (BRASIL, 2002, p. 13)

Com o intuito de atingir os objetivos propostos, o documento traz orientações para a escola e os professores selecionarem conhecimentos e conteúdos estruturantes para cada disciplina, de maneira a favorecer um trabalho interdisciplinar nas e entre as áreas de conhecimento, para que o ensino não se torne fragmentado. As escolhas realizadas pelos professores devem estar voltadas para o desenvolvimento das competências elencadas pelos PCNEM.

Assim como os PCNEM, para a área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, esse documento elege como objeto de estudo as inúmeras linguagens, em suas manifestações particulares:

O conceito de linguagem é a espinha dorsal da área, sustenta direta ou indiretamente todos os demais, articulando-os, pois dele deriva a constituição e a natureza da própria área (língua portuguesa; língua estrangeira; linguagens da arte; linguagem corporal; linguagem digital) (Brasil, 2002, p. 40).

A proposta para um trabalho interdisciplinar deve ser organizada por meio de temas estruturadores e, segundo os PCN+ Ensino Médio, a forma mais natural e direta de se elencar temáticas interdisciplinares “é simplesmente examinar o objeto de estudo disciplinar em seu contexto real, não fora dele” (BRASIL, 2002, p.15). Esse documento destaca também que tal trabalho pode ser desenvolvido no interior de uma única disciplina (nível de coerência interna) e em três outros níveis (coerência externa): “com a área em que se insere a disciplina, da área com as outras duas áreas propostas nos PCNEM, da área com a realidade social” (BRASIL, 2002, p. 28).

Sobre as especificidades da disciplina de Língua Portuguesa, os PCN+ Ensino Médio propõem uma ampliação do espaço para diversas abordagens do conhecimento, sem deixar, no entanto, de focar a linguagem na modalidade escrita. Ademais, sugere que os textos falados ganhem maior sistematização, por meio de gêneros orais. Recomenda, ainda, a presença de diferentes linguagens que dialoguem com o texto verbal como: “a música, as artes plásticas, o cinema, o teatro, a televisão, entre outras, podem proporcionar excelentes atividades intertextuais.” (BRASIL, 2002, p. 71).

A transposição intersemiótica é encontrada no documento quando há o reconhecimento de identidades – na língua, nos textos, entre as diversas linguagens – possibilitando a atividade intertextual no interior de cada uma das linguagens ou entre elas, citando como exemplo que um “texto escrito originariamente para teatro, como o *Auto da compadecida*, de Ariano Suassuna, integra-se a outras linguagens quando transposto para a televisão ou o cinema” (BRASIL, 2002, p. 63). No entanto, as mídias possuem elementos expressivos próprios que as distinguem, assim caberia aos diferentes suportes conservar as peculiaridades que identificam cada obra. Essa mesma preocupação é encontrada no seguinte exemplo:

Tais conceitos podem ser desenvolvidos comparando-se por exemplo o texto de Graciliano Ramos, em *Vidas secas*, com as imagens de Cândido Portinari, em *Os retirantes*; ou relacionando uma coletânea de poemas que tematizem o trabalho e imagens extraídas do livro *Trabalhadores*, do fotógrafo Sebastião Salgado (BRASIL, 2002, p. 59).

O documento deixa claro, ao abordar a competência textual, a necessidade de realizar a abordagem dos textos por meio dos gêneros discursivos, pois quando “se pensa no trabalho com textos, outro conceito indissociável diz respeito aos gêneros em que eles se materializam, tomando-se como pilares seus aspectos temático, composicional e estilístico” (BRASIL, 2002, p. 77). Reforçando as vantagens de se abandonar o esquema das estruturas textuais para se adotar a perspectiva dos gêneros textuais que circulam socialmente, os PCN+ Ensino Médio elencam os gêneros que devem ser incorporados às práticas de ensino-aprendizagem:

- na literatura, o poema, o conto, o romance, o texto dramático, entre outros;
- no jornalismo, a nota, a notícia, a reportagem, o artigo de opinião, o editorial, a carta do leitor;
- nas ciências, o texto expositivo, o verbete, o ensaio;
- na publicidade, a propaganda institucional, o anúncio;
- no direito, as leis, os estatutos, as declarações de direitos, entre outros (BRASIL, 2002, p. 77).

Os PCN+ Ensino Médio reforçam a utilização de textos em sala de aula que circulam no entorno social ao relacionar a análise de gêneros variados ao desenvolvimento da competência textual: “Somente como leitores de múltiplos textos os alunos desenvolverão a contento sua competência textual” (BRASIL, 2002, p. 78). Definem, assim, o papel do professor nesse processo, uma vez que cabe a ele “saber explorar as potencialidades de um texto, nos diversos gêneros, e *transpô-las* para os alunos” (BRASIL, 2002, p. 90. Grifo nosso).

Assim como os PCNEM, As Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais não abordam o ensino de literatura de forma específica, limitam-se a pequenas observações e à apresentação de exemplos esporádicos que vislumbram o trabalho interdisciplinar entre textos literários e a disciplina de história ou com outras disciplinas, como no seguinte exemplo:

Os sentidos que emanam de obras produzidas no campo da literatura, das artes plásticas, da música, da dança podem ser constituídos e revisitados por meio de projeto que preveja a produção de totalidades significativas, em diferentes linguagens, e a posterior exposição das produções (BRASIL, 2002, p. 68).

Ao discorrer sobre as diferentes linguagens artísticas, os PCN+ Ensino Médio consideram que a linguagem não-verbal também perpassa os conteúdos e temas da disciplina Língua Portuguesa. Assim, ao aproximar um texto literário de um texto não-verbal é possível analisar os recursos expressivos de cada um deles através de uma abordagem interdisciplinar e é possível, ainda, relacioná-los a seus usos sociais.

### **1.3 Orientações Curriculares para o Ensino Médio**

Em 2006, o MEC divulga os três volumes das Orientações Curriculares para o Ensino Médio – OCEM – que têm como objetivo “contribuir para o diálogo entre professor e escola sobre a prática docente” (BRASIL, 2006, p. 05), seguindo a mesma organização dos documentos anteriores. Em seu primeiro volume, dedicado à área de Linguagem, Códigos e suas Tecnologias, o documento reforça a importância de propiciar ao educando a apuração das habilidades de leitura e escrita, de fala e escuta, implicando “tanto a ampliação contínua de saberes relativos à configuração, ao funcionamento e à circulação dos textos quanto ao desenvolvimento da capacidade de reflexão sistemática sobre a língua e a linguagem” (BRASIL, 2006, p. 18). E, para que se consiga atingir tais objetivos, as OCEM ressaltam a necessidade da abordagem interdisciplinar.

Para melhor delimitar os conteúdos a serem trabalhados, as OCEM propõem que as escolas procurem organizar suas práticas de ensino por meio de agrupamento de textos, conforme variados recortes que possibilitem atender as demandas locais, tendo como princípio norteador os processos de produção de sentido para os textos. Assim para o ensino literário “[...] aposta-se em práticas de leitura por meio das quais os alunos possam ter acesso à produção simbólica do domínio literário, de modo que eles, interlocutivamente, estabeleçam diálogos (e sentidos) com os textos lidos” (BRASIL, 2006, p. 33). O documento traz, ainda, diversos exemplos de como realizar com os alunos as análises dos múltiplos sentidos apresentados pelos textos.

Apesar de sugerir orientações que complementam seus antecessores, este documento traz um diferencial em relação aos demais. Seu segundo capítulo é dedicado a descrever exclusivamente os conhecimentos de literatura. Dessa forma, apresenta como justificativa o fato de, nos documentos antecedentes, ser negado à disciplina a autonomia e a especificidades que lhe são próprias ao incorporarem os conteúdos de literatura no estudo da linguagem, deixando de abordar os debates que essa matéria provoca no cenário educacional brasileiro. Orientação, que como se discutirá ao longo desta pesquisa ainda não foi totalmente abandonada no processo de ensino-aprendizagem.

A “arte que se constrói com palavras” (BRASIL, 2006, p. 52), é a definição *stricto sensu* para literatura utilizada nas OCEM, delimitando, assim, o campo de abrangência conceitual deste sintagma nas orientações que foram empreitadas no documento; naturalmente, tal acepção traz consigo um tratamento mais humanizado. No mesmo documento a permanência das artes<sup>3</sup> no currículo de ensino é descrita como:

[...] meio de educação da sensibilidade; como meio de atingir um conhecimento tão importante quanto o científico – embora se faça por outros caminhos; como meio de pôr em questão (fazendo-se crítica, pois) o que parece ser ocorrência/decorrência natural; meio de transcender o simplesmente dado, mediante o gozo da liberdade que só a fruição estética permite; como meio de acesso a um conhecimento que objetivamente não se pode mensurar; como meio, sobretudo, de humanização do homem coisificado: esses são alguns dos papéis reservados às artes, de cuja apropriação todos têm direito (BRASIL, 2006, p. 52-53).

Segundo o documento, é aconselhável adotar no ensino-aprendizagem de literatura uma perspectiva interdisciplinar. Para tanto, seus conteúdos podem ser trabalhados em parceria com outras áreas artísticas, especialmente, artes plásticas e cinema. No entanto, as OCEM ressaltam que esta parceria não deve acontecer de maneira simplista, em que se

<sup>3</sup> Entre essas artes encontra-se a literatura.

diluem as fronteiras entre as artes. Mas mantendo as características e o modo de ser de cada uma, “pois só assim, não pejorativamente escolarizados, serão capazes de oferecer fruição e conhecimento, binômio inseparável da arte” (BRASIL, 2006, p. 74).

Muitas escolas precisam abandonar o processo de escolarização da literatura, que sobrecarrega o aluno com informações sobre estilos, épocas e escolas literárias e que servem apenas para serem memorizadas. Para atingir o objetivo humanizador proposto nas OCEM esse ensino deve “formar o leitor literário, melhor ainda, de ‘letrar’ literariamente o aluno, fazendo-o apropriar-se daquilo a que tem direito” (BRASIL, 2006, p. 54), pois à medida que o receptor se apropriar do texto, amplia sua experiência estética se tornando mais humanizado, crítico e independente.

Também é importante ressaltar que o ensino tradicional normalmente julga a literatura canônica como a única que merece ser escolarizada. Como afirma Márcia Abreu (2006, p. 109-110) “[...] a escola tende a aproximar-se da opinião dos intelectuais e esquecer – ou pior estigmatizar – o gosto das pessoas comuns”. A autora não propõe que se abandone o estudo do texto literário canônico e sim que se garanta espaço para os outros textos, que haja a presença de textos e leituras diversificadas. Para que possa haver essa abertura é imprescindível que “se abra mão da tarefa de julgar e hierarquizar o conjunto de textos empregando um único critério e se passe a compreender cada obra dentro do sistema de valores em que foi criada” (ABREU, 2006, p. 110-111).

Sem dúvida dentre os documentos analisados, esse último é o único que se dedica a orientar o ensino de literatura buscando considerar as especificidades dessa área. Assim ele trata de temas que foram negligenciados nas orientações anteriores como a formação do leitor literário, leitor crítico, a leitura literária no ensino, e as possibilidades de mediação considerando tempo e espaço escolar. Estas temáticas serão retomadas e aprofundadas à medida que forem analisados os dados desta pesquisa.

## **2 O que nos dizem os professores**

Embora, como demonstrado, alguns desses documentos tratem pouco sobre o ensino de literatura, eles compõem o quadro normativo do sistema educacional. Dessa forma, considera-se de fundamental importância que os professores, coordenadores e gestores escolares, integrantes desse sistema, tenham conhecimento deles. Com a finalidade de saber qual o grau de contato dos profissionais da educação com esses documentos realizou-se uma pesquisa com seis professores (nomeados de P1, P2, P3, P4, P5 e P6), dois coordenadores



pedagógicos (C1 e C2) e dois gestores escolares (D1 e D2). Todos atuando no ensino médio no município de Xinguara – Pará. Na sequência, apresentam-se as respostas concedidas durante as entrevistas:

- Um coordenador e um diretor preferiram englobar todos os documentos de uma maneira geral em sua resposta, afirmando que os conheciam e tinham contato constante por causa das demandas de seu trabalho:

Num geral e todos esses itens que são colocados aqui além a Lei de Diretrizes e Bases da Educação os Parâmetros Curriculares do Ensino Médio as orientações da SEDUC as orientações do processos seletivos com que no caso é o nosso foco porque a escola só atende o ensino médio todos eles a gente tem um contato constante porque é o que referenda o nosso trabalho né é o que norteia o nosso trabalho então o trabalho da coordenação ele é muito ligado a questão ele é conectado com o trabalho que a secretaria desempenha né então aí quando você vê por exemplo a questão da nota do aluno da matrícula do aluno problemas na documentação em si a questão é do planejamento no momento do planejamento das diretrizes que são colocadas então é ta tudo conectado aqui todos esses são documentos norteadores do trabalho que a gente desempenha que a gente desenvolve (Entrevista realizada com C2 em 19 de fevereiro de 2014).

Quanto legislação educacional está em nosso contexto devido nossa função ser administrador escolar por base toda essa legislação é cotidiano do ambiente escolar para o bom funcionamento da instituição escolar. (Entrevista realizada com D1 em 24 de fevereiro de 2014).

- LDB – Todos declararam conhecer; a maioria afirmou que inclusive estudou para se preparar para realização concursos; apenas um disse que conhecia o mínimo:

Já estudei, inclusive na época do concurso que exige e já li. (Entrevista realizada com P1 em 18 de março de 2014).

Já fizemos curso de formação (Entrevista realizada com P2 em 20 de março de 2014).

Essa eu leio mais sempre (Entrevista realizada com P3 em 18 de março de 2014).

Muito mínimo (Entrevista realizada com P4 em 31 de março de 2014).

Eu tive eu conheço e já fiz muita assim pesquisa leitura né pra fazer o concurso não sei dela toda mas alguns pontos dela eu sei de cor (Entrevista realizada com P5 em 25 de março de 2014).

Já fiz a leitura e até estudo em grupo. (Entrevista realizada com P6 em 08 de abril de 2014).

E muito direto diariamente quase (Entrevista realizada com C1 em 25 de março de 2014).

Eu tenho preciso de ter bastante contato inclusive quando há como é que se diz resoluções ou pareceres acrescentados eu tenho que tá buscando porque eu já sei o do o antigo aí eu tenho que tá buscando para me embasar porque eu preciso em certas coisas da minha função (Entrevista realizada com C3 em 27 de março de 2014).

Eu pego umas duas três vezes ao ano pra uma olhada sempre tem dúvida dá uma olhada em algum artigo (Entrevista realizada com D2 em 27 de março de 2014).

➤ PCNEM – Um participante declarou que não conhece; três disseram que conhecem pouco ou que possuem quase nenhum conhecimento; dois afirmaram que fizeram formação continuada; dois informaram que consultam sempre e um informou que teve contato quando escreveu seu Trabalho de Conclusão de Curso na graduação:

Já trabalhamos inclusive em algumas reuniões do fundamental a gente teve contato (*Pesquisador: E o do ensino médio porque o do fundamental foi o PCN fundamental tem o PCN ensino médio?*) Ensino médio eu não estou lembrando não acho que não (Entrevista realizada com P1 em 18 de março de 2014).

Também formação interna oferecida pela escola onde eu trabalho (Entrevista realizada com P2 em 20 de março de 2014).

Quase nenhum (Entrevista realizada com P3 em 18 de março de 2014).

O necessário eu acredito (Entrevista realizada com P4 em 31 de março de 2014).

Nos já trabalhamos e muito sobre assim já fizemos muita leitura muitas coisas até os livros didáticos são mandados pelo governo eles são em cima dos parâmetros curriculares. (Entrevista realizada com P5 em 25 de março de 2014).

Sempre consulto no caso de dúvida (Entrevista realizada com P6 em 08 de abril de 2014).

Também porque a questão do Projeto Político Pedagógico ele está sendo reformulado constantemente e para reformulá-lo a gente acaba recorrendo ao PCN LDB esse material (Entrevista realizada com C1 em 25 de março de 2014).

Pouco já estudamos mais assim não temos assim tanta vamos dizer assim é contato com eles né mas já tivemos estudo (Entrevista realizada com C3 em 27 de março de 2014).

Eu só peguei quando eu fiz o trabalho de TCC que foi sobre eles nunca mais peguei aqui na escola não existe também esses parâmetros na época peguei emprestado na escola municipal e devolvi e ai não pego porque não tem não sei onde encontrar esses livros aqui na escola não tem (Entrevista realizada com D2 em 27 de março de 2014).

➤ PCN+ Ensino Médio – Três entrevistados afirmaram não ter contato ou não conhecê-los, dois disseram que tiveram acesso; um apenas proferiu “raramente”;

um disse que conhecia o necessário, relatando que ele sempre é discutido em jornadas pedagógicas nas escolas em que trabalha:

Não também não (Entrevista realizada com P1 em 18 de março de 2014).

Só mesmo oferecido pelo município é aquelas atividades geralmente são na semana pedagógica todo ano antes de iniciar o ano letivo tem essas oficinas pedagógicas (*Pesquisador: PCN+ do ensino médio?*) do ensino médio também (Entrevista realizada com P2 em 20 de março de 2014).

Raramente (Entrevista realizada com P3 em 18 de março de 2014).

O necessário também (Entrevista realizada com P4 em 31 de março de 2014).

Esse aí com é eu não entendi? ah sim eu fiz leitura assim tive conhecimento sobre ele fiz umas leituras pra vê mais ou menos se nós estávamos no mesmo eixo dos parâmetros do ensino médio fiz as leituras mais pra vê como é que se eu estava trabalhando em cima do que tava pedindo os parâmetros (Entrevista realizada com P5 em 25 de março de 2014).

Sempre é discutido principalmente em jornadas pedagógicas então o planejamento geralmente começa no início do ano é colocado esse assunto (Entrevista realizada com P6 em 08 de abril de 2014).

Esse PCN+ eu já tive acesso por curiosidade não é muito divulgado na rede pouca gente conhece e quando eu baixei tive inclusive muita dificuldade porque tava no PDF com um programa que eu não tinha lá no computador resultado acabei pegando apenas trechos meu conhecimento com eles já é menor (Entrevista realizada com C1 em 25 de março de 2014).

É os PCN+ ainda não tivemos assim contato direto né e mais assim vez em quando em reuniões há aquela necessidade de tá orientando o professor pra tá incluindo em seu planejamento alguma coisa nova por exemplo é nós sabemos de uns tempos pra cá que há a necessidade de tá incluindo ensino alguma coisa indígena algo sobre música né não só no fundamental diz que vai começar pelo fundamental menor mas aos poucos vai se esticando até o o ensino médio e aí a gente tenta mais assim verdadeiramente ter contato direto não (Entrevista realizada com C3 em 27 de março de 2014).

Não também não tenho contato só a uns três anos atrás e nunca mais mexi com eles (Entrevista realizada com D2 em 27 de março de 2014).

➤ OCEM – Três afirmaram que não conheciam; um que só ouviu comentários; um que tem pouquíssimo contato; um disse que conhece através de curso; um que tem contato apenas no início do ano na reunião de professores; um que sempre tem contato no planejamento e um afirmou que “bimestralmente” tem contato:

Isso de OCEM eu não conheço não, isso eu não conheço de jeito nenhum não esse eu não conheço nem de nome (Entrevista realizada com P1 em 18 de março de 2014).

Geralmente só mesmo comentário oficina em si ou é curso não (Entrevista realizada com P2 em 20 de março de 2014).

Bimestralmente (Entrevista realizada com P3 em 18 de março de 2014).

Pouquíssimos conhecimentos eu tenho sobre Orientações Curriculares (Entrevista realizada com P4 em 31 de março de 2014).

Orientações Curriculares os currículos é na parte de? Eu acho que foram foi até o curso que foi dado para os professores eles colocaram até conteúdos numa apostila que foi passada para os professores eu achei interessante só que eu não trabalhei é exatamente igual tinha na orientação lá no que eles passaram pra nós mas algumas coisas serviram de guia pra mim pra trabalhar (Entrevista realizada com P5 em 25 de março de 2014).

Sempre em contato também na hora do planejamento anual quando eu vou planejar as ações é sempre dou uma checada pra vê se ta de acordo (Entrevista realizada com P6 em 08 de abril de 2014).

Não (Entrevista realizada com C1 em 25 de março de 2014).

Tem que ter principalmente é mais no começo do ano infelizmente né que a gente se reúne a parte técnica se reúne e vê é alguma mudança alguma adaptação pra tá naquele momento de planejamento com os professores e num ficar tipo assim por fora daquilo que eles tão exigindo pra gente buscando preciso que um texto assim uma inclusão de tal assunto assim então a gente tem esse contato mas infelizmente é mais no início do ano no planejamento anual (Entrevista realizada com C3 em 27 de março de 2014).

Também não a escola também não tem esses livros aqui (Entrevista realizada com D2 em 27 de março de 2014).

Os resultados encontrados com este levantamento demonstram que muitos dos documentos são desconhecidos pelos profissionais que atuam nas escolas pesquisadas, inclusive os administradores e coordenadores pedagógicos. Alguns participantes da pesquisa declaram conhecer partes dos documentos ou terem contato de maneira vaga. Alguns professores informaram que conhecem determinados documentos porque sempre há discussões sobre os mesmos nas jornadas pedagogia, das escolas onde trabalhavam, ocorridas no início do ano, época em que é realizado o planejamento anual de todas as disciplinas. Entretanto, outros professores, que trabalhavam nas mesmas escolas e até mesmo dois dos coordenadores integrantes da organização da referida jornada, afirmam não conhecer estes documentos.

É interessante observar, também, a confusão de alguns participantes da pesquisa entre os PCN do Ensino Fundamental, os PCN Ensino Médio e os PCN+ Ensino Médio. A respeito do PCNEM, P1 afirmou, a princípio, que havia feito formação continuada, no entanto ao ser questionado novamente se a formação havia sido sobre os PCN do Ensino Médio, declarou que não. Acredita-se que existe a possibilidade de ter havido a mesma confusão com os demais participantes, uma vez que não há informação sobre formação continuada a respeito

deste documento no município pesquisado e a rede municipal de ensino ofereceu formação continuada apenas sobre os PCN do Ensino Fundamental 1 e 2.

Ao ser indagado sobre PCN+ Ensino Médio, P2 informou que havia feito curso oferecido pelo município e ao ser reforçado o questionamento se o curso era sobre o PCN+ do Ensino Médio, o participante respondeu: “do ensino médio também”. A confusão é clara nesse caso uma vez que o curso oferecido pelo município foi sobre o PCN do Ensino Fundamental e ainda não existe Orientações Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental, esse documento foi publicado para o ensino médio.

### **Considerações finais**

Muitos sujeitos da pesquisa desconhecem os documentos analisados e outros informaram que tiveram contato com trechos, poucos afirmam tê-los estudado, ou conhecer profundamente as orientações contidas neles. Constatou-se também que essa desinformação pode ser gerada pelo fato desses profissionais não participarem de cursos de formação continuada na área em que trabalham. Tais formações, nas raras vezes em que são oferecidas, não abrangem temas diretamente relacionados à disciplina de língua portuguesa, nem tão pouco à literatura.

Todos profissionais da educação que colaboraram com esta pesquisa atuam na educação há mais de doze anos e no ensino médio a mais de cinco anos. Logo, de acordo com os dados coletados em relação ao conhecimento dos documentos oficiais que orientam o seu campo de atuação, verifica-se que está sendo negligenciado a esses profissionais um direito garantido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96), quando no primeiro parágrafo do artigo 62, estabelece: “A União, o Distrito Federal, os estados e os municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério”. Tal orientação, ainda, reforçada pelas Orientações Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais que elencam como um de seus objetivos “apontar direções e alternativas para a formação continuada dos professores do ensino médio, no sentido de garantir-lhes permanente instrumentação e aperfeiçoamento para o trabalho que deles se espera” (BRASIL, 2002, p. 13).

É interessante observar que está sendo negligenciada aos docentes a formação continuada; não apenas em relação aos documentos que norteiam o ensino de modo geral (elaborados e publicados pelo próprio Governo), como também em relação a sua própria área de atuação profissional. Quando questionados sobre quais cursos teriam participado, que

foram ofertados pela Secretaria de Estado de Educação do *Pará* – SEDUC/PA –, três dos docentes afirmaram que não tinham participado de nenhum curso de formação; dois afirmaram ter participado de um curso na área de informática, sobre o sistema operacional adotado pela SEDUC/PA, o *Linux*; e apenas um informou ter participado de dois cursos: esse na área de informática e outro na área de didática.

Além disso, os docentes não dispõem de hora atividade remunerada para planejamento e realização de outras atividades como elaboração de avaliação, de projetos, reuniões pedagógicas, correção de trabalhos e produções textuais dos alunos, leituras literárias ou outras leituras, etc. Somando-se a esse quadro, tem-se o excesso de carga horária dos profissionais entrevistados que dobram ou triplicam turnos de trabalho, na maioria das vezes em escolas ou redes de ensino diferentes.

### Referências

- \_\_\_\_\_. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. In: *Diário Oficial da União*, Ano CXXXIV, n° 248, 23/12/96. Brasília: 1996.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Departamento de Políticas de Ensino Médio. *Orientações Curriculares do Ensino Médio*. Volume Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Brasília: MEC/SEB, 2006.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*. Brasília: MEC/SEMTEC, 2000.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *PCN + Ensino Médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais*. Volume Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Brasília: MEC/SEMTEC, 2002.

Artigo recebido em: 29/06/17  
Artigo aceito em: 29/07/17